

## **A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá: 35 anos na Mata Mineira**

Marco Aurélio Corrêa Martins - UNIPAC

### **Introdução**

A presente pesquisa pretende reconstituir a história de uma Organização de Ensino da Zona da Mata, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá/MG, pelo seu alcance temporal e geográfico, valendo-se de fontes orais e da documentação disponível, oficial e escassa. Trata-se de um estudo de caso em andamento que procura situar a história desta Organização no contexto geral da História da Educação no Brasil.

Foram entrevistadas quatro pessoas ligadas aos primeiros anos da Escola: dois ex-professores e dois ex-alunos de suas primeiras turmas. Optamos por omitir seus nomes, por uma questão ética. Além das entrevistas não-estruturadas, vale-se a presente pesquisa do livro de atas da Congregação, dos livros de Registro de Matrícula e Registro de Diplomas.

### **Contexto histórico**

A mineira Romanelli<sup>1</sup>, no clássico “História da Educação no Brasil”, baseia-se em números para denotar que a expansão do ensino superior na década de 1960 e início da década de 1970 não correspondeu a uma estratégia determinada pela ação governamental para o desenvolvimento econômico. Em sua primeira fase, o movimento de 1964 buscou uma “recuperação econômica” com captação de recursos para recuperação do investimento público e, na segunda fase, num desenvolvimento industrial. É nessa segunda fase que a educação vai ser encarada como fator de desenvolvimento.

O processo de reforma do ensino no período de 1964-68, no contexto de subordinação econômica e política, produziu nas universidades brasileiras a consecução do modelo organizacional norte-americano, tido como um dos mais modernos do mundo capitalista, porém, com uma doutrina baseada no idealismo alemão. Essa concepção organizacional não foi imposta pelos técnicos da agência internacional de desenvolvimento americana (USAID), mas vinha esboçando-se desde a década de 1940 por administradores

educacionais, professores e estudantes que vinham dos Estados Unidos com a convicção de modernizar o Ensino Superior Brasileiro<sup>2</sup>.

As reformas relativas ao aspecto educacional nasceram com a crise insuflada pela politização dos movimentos estudantis e pela pressão social por mais vagas no ensino superior. Com a cooperação da USAID, os interesses desenvolvimentistas apareceram.

Houve um crescimento exponencial das matrículas nas Faculdades de Filosofia e Letras na década de 1960, com o crescimento do número dessas escolas. Cursos de Letras, Ciências Sociais e Pedagogia, “fáceis de montar” e menos onerosos, foram assumidos pelas escolas particulares, aos quais Romanelli<sup>3</sup> se refere como “cursos sem prestígio” acessados basicamente pelo público feminino ou por aqueles que não tinham possibilidade de acesso aos cursos tradicionalmente prestigiados.

Neste contexto, foi criada, em Ubá, Zona da Mata Mineira, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIU) com os cursos de Letras, História, Matemática e Pedagogia. Nas palavras de um de seus primeiros professores, com os objetivos de *“elevação do nível sócio-cultural, preparação dos profissionais da educação e integração da região com os maiores centros acadêmicos nacionais”*.

### **A criação da Faculdade: as religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria**

A iniciativa da criação da Faculdade aconteceu por um grupo de empresários e políticos sob a liderança de Cícero Brandão (advogado e professor), que desejava uma escola de Direito, mas foi demovido da idéia pela Irmã Nair Teixeira Soares, da Congregação das Religiosas do Sagrado Coração de Maria.

O Colégio do Sagrado Coração de Maria, em Ubá, foi criado em 1911, sendo a primeira unidade brasileira da Congregação fundada na França por Padre Jean Gailhac em 1849. Em 1968, o Colégio de Ubá havia formado sua última turma, pois lhe sucedera o curso Ginásial.<sup>4</sup> Como o Colégio das Irmãs estava com um andar ocioso à noite, já que uma escola pública funcionava apenas no térreo, Irmã Nair pediu autorização para o funcionamento da Faculdade nestas dependências à Geral da Congregação em Roma, para quem a *“Congregação não só estava de portas abertas, mas também com o coração.”*

O papel da Congregação e do Colégio *Sacre-Coeur de Marie* foi fundamental para a criação da Faculdade. o Colégio garantiu o local para funcionamento da Escola Superior por 22 anos, e, principalmente, a Congregação ofereceu boa parte dos professores titulares para o processo de autorização junto ao Conselho Federal de Educação, pois as religiosas possuíam formação necessária para o corpo docente. Para esse segundo fim, a nascente Faculdade contou ainda com o apoio da Superior Provincial no Brasil da Congregação.

No entanto, somente três religiosas vieram a lecionar na Faculdade no seu primeiro decênio: Ir. Nair Teixeira Soares, que lecionava Psicologia e foi sua primeira vice-diretora, Ir. Maria Therezinha Benedicto, professora de Língua Portuguesa, e Ir. Elizabeth Cristina Thorviton, de origem irlandesa, professora de Inglês. A falta de professores qualificados foi um desafio: muitos prestavam exame de proficiência para lecionar em caráter precário.

A associação entre empresariamento do ensino e Igreja Católica foi cada vez maior a partir da década de 1930 devido à ausência de ideologia educacional no empresariado. A filosofia educacional da Igreja Católica, fundamentada na Encíclica “*Divini Ilius Magistri*”, opõe-se à atuação do Estado na Educação, embora não seja privatista no sentido liberal.

### **Empresariamento e expansão do ensino superior no governo militar**

O Estado Brasileiro, de meados da década de 1950 até o início dos anos de 1960, subsidiava instituições particulares, levando, em muitos casos, à federalização dessas. No entanto, como o Conselho Federal de Educação procurava encerrar esse processo, propôs aumentar a produtividade das instituições públicas e não criar novas. Os governos militares deixaram livres os privatistas, ciosos por uma legislação que permitisse ao Estado somente a função supletiva em relação à iniciativa privada<sup>5</sup>. Contudo, cabe ressaltar, a idéia de um Estado com ação supletiva é da própria Encíclica, ao propor o caráter sobrenatural da educação à Igreja e o natural à família.<sup>6</sup>

O Governo Militar propunha criar vagas para o Ensino Superior nas instituições públicas sem, contudo, ampliar o número dessas escolas. Como o Plano Nacional de Educação de 1962, revisado em 1965, destinava 5% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Superior para as universidades e estabelecimentos isolados particulares, amplas

possibilidades abriram-se ao setor privado da educação no atendimento às demandas reprimidas.

É assim, afirma Cunha, que capitais investidos em Escolas de 1º e 2º graus, migraram para o 3º grau:

*Um quadro exemplar encontrado em muitas cidades brasileiras pode ser traçado assim: um estabelecimento particular de 1º e 2º graus passou a abrigar uma faculdade no período noturno; com o crescimento das matrículas, a faculdade ocupa todo o prédio, todos os turnos, deslocando o 1º e 2º graus; numa terceira etapa, novas faculdades são justapostas à primeira, até que o conjunto muda de nome, ganhando o **status** de universidade.<sup>7</sup>*

Em 1973, 39% dos recursos destinados pela USAID foram gastos com subsídios a escolas particulares<sup>8</sup>. Em Ubá, a FAFIU registra em ata da Congregação de 14 de maio de 1975 o protocolo de uma subvenção de duzentos mil cruzeiros e a proposta da Câmara Municipal da cidade de uma verba subsidiária. Período em que os cursos da Faculdade estavam em processo de Reconhecimento.

#### **A criação da Faculdade: A Fundação Presidente Antônio Carlos**

A FAFIU tinha prédio e professores e faltava uma Mantenedora. Sem apoio de líderes políticos locais, os idealizadores da Faculdade associaram-se à liderança da família Andrada, de Barbacena, na pessoa de Bonifácio Tamm de Andrada, responsável pela Fundação Presidente Antônio Carlos, também mantenedora de uma Faculdade naquela cidade.

Os trabalhos para o pedido de autorização da nova Faculdade foram divididos entre os professores Silvio e Marcos Fagundes, responsáveis pela burocracia do pedido, e pelos empresários Lincoln Rodrigues Costa e Bento Batista Costa, responsáveis pela parte financeira. Além de Cícero Brandão e Ir. Nair Teixeira Soares, integrava a comissão o Procurador da Comarca de Ubá Dr. José Campomizzi Filho.

Bonifácio Tamm de Andrada era político da UDN e foi vereador em Barbacena e Deputado Estadual de Minas Gerais no final da década de 1960, sendo, inclusive, presidente da Assembléia. Membro da tradicional família que tem como patriarca José

Bonifácio de Andrada e Silva, atuou como Secretário Geral e Líder da ARENA na Assembléia de Minas e, posteriormente, na Câmara dos Deputados em Brasília.

Em discurso na posse da Diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Ubá, em 1971, o Deputado Bonifácio Andrada indicava a educação universitária como fator de desenvolvimento: o ensino superior, dizia, era chave para o progresso social e razão do desenvolvimento; imperativo insubstituível de progresso e elevação do status para a vida social. Propunha uma universidade moderna buscando a verdade: voltada para Deus e para a ciência, para a pesquisa e com valores de base fundamentalmente profissionalizante e de irradiação da cultura. Essa universidade era contrária à Universidade Docente, na qual a preocupação era somente dar e obter diplomas, e a Universidade Socialista preocupada com o social, mas esquecida de valores perenes.<sup>9</sup>

O deputado Bonifácio Andrada, mantinha estreita relação de orientação pedagógica com os diretores da Faculdade, mas, como afirma um ex-professor, dava autonomia à Faculdade, tanto pedagógica quanto financeira, uma vez que a gestão era toda local e incluía apenas a receita das mensalidades da própria Faculdade. Por isso, na década de 1980, os professores, por iniciativa do então diretor, Professor Luiz Alberto Duarte Martins, iniciaram o processo de construção da sede própria que teve conclusão em 1992.<sup>10</sup>

### **A Faculdade: Ingressos e Egressos**

Autorizada por aprovação do parecer 70, de 23 de abril de 1970, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá fez vestibulares em agosto e setembro do mesmo ano, iniciando cinco turmas: dos cursos de História, Pedagogia, Matemática, Letras/Inglês e Letras/Francês. Ao todo, foram matriculados 253 alunos, perfazendo uma média bastante expressiva de 50 alunos por turma.

No ano seguinte, em novo vestibular, ingressaram mais 72 novos alunos nas turmas já existentes, obrigando os primeiros a aguardar por um semestre o nivelamento com os “calouros”.

A iniciativa da criação da Faculdade sofreu oposição de políticos importantes da região, contraposição explícita denotada, primeiro, na demora na tramitação do processo de

autorização em Brasília e, posteriormente, no corte de energia elétrica na cidade no dia e hora do vestibular ocorrido no mês de agosto daquele ano e de publicidade contratada em cidades vizinhas avisando a suspensão do vestibular. O vestibular foi realizado à luz de lampião. Tal oposição é compreendida pelos fundadores como um suspiro da política do voto de cabresto, temerosa da maior educação da população.

Os militares, ao construírem seu Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o Período de 1964-1966 propuseram um aumento, até 1970, de 180 mil matrículas no ensino superior. Como critério, estipulava atender a população de cidades com mais de 50 mil habitantes com uma vaga para cada 100 habitantes.<sup>11</sup> Coincidentemente, o município de Ubá possuía, segundo o censo de 1970, uma população absoluta de 44.994 habitantes. Se considerarmos a população de todas as pequenas cidades no entorno, a população passaria desse mínimo. Por exemplo, Visconde do Rio Branco, distante menos de 20 km, possuía uma população de 25.527 habitantes. Se considerarmos o número de matriculados na FAFIU na primeira década de sua existência, teremos uma média de 450 matrículas por ano. Dos 1.483 alunos que ingressaram, 861 formaram-se no primeiro decênio de existência da Faculdade, ou seja, 58% dos ingressos.

O regime militar não freou a demanda das classes médias ao ensino superior, segundo Cunha, a fez aumentar. Alguns fatores contribuíram para isso: redefinição do papel da mulher como trabalhadora fora do lar; aumento dos requisitos educacionais para os funcionários públicos; o encolhimento das propriedades privadas e até o desaparecimento das pequenas propriedades devido ao avanço do capitalismo e o êxodo do campo para a cidade. Ao observar os ingressos da primeira década da Faculdade, constata-se que 85,5% deles foi do sexo feminino, sendo que 92,4% dos egressos dessas primeiras turmas foram mulheres. Nenhum dos cinco cursos obteve, em quaisquer dos anos do decênio, prevalência para o sexo masculino. O que corrobora a afirmação de Cunha.

O mesmo ocorre em relação às novas exigências de formação do Funcionalismo Público. Dos 327 alunos matriculados em agosto de 1970 e fevereiro de 1971, 64,83% se

declararam funcionários públicos. Outros 9,78% eram bancários, contadores, escriturários ou comerciantes. 8,26% se declararam professores dos diversos níveis de ensino<sup>12</sup>.

Como Ubá está num raio de 100 km de duas universidades públicas, Juiz de Fora e Viçosa, pode indicar que seus cursos atenderiam às necessidades de parte de sua elite ou a pessoas de classes intermediárias da região, sobretudo para suas filhas, enquanto os rapazes se dirigiam a outros centros para estudar. Pessoas da baixa classe média não teriam condições de se deslocar para Juiz de Fora ou Viçosa, pois o custo com transporte nas estradas sem pavimentação da época onerava os estudos. Necessidade contra a qual também tinha de se ajustar a nova Faculdade: organização de horários de início e término das aulas, de horário e calendário das avaliações, bolsas de estudo etc.

Segundo um ex-aluno, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá trouxe a possibilidade de desenvolvimento para as pessoas da região, já que maioria dos alunos era de cidades vizinhas a Ubá.

### **Os anos de chumbo**

Os anos de chumbo não trazem grandes problemas para uma escola que nasce na plenitude da ditadura. A propaganda do Governo envolve as cidades do interior e todos os atos oficiais são realizados pela Faculdade com a presença de seu Diretório Acadêmico. Havia grande rotatividade de professores, mas o Dr. Cícero Brandão tinha seus amigos jesuítas e, através de seus contatos, levava a Ubá pessoas de renome para palestras e cursos: assuntos da Igreja, da Família, da ordem econômica, da saúde, do combate às drogas e da orientação sexual. Eram simpósios e cursos ligados à área dos Estudos de Problemas Brasileiros, disciplina da qual o Dr. Cícero era titular.

A Ata da Congregação de 09 de novembro de 1977, por ocasião da despedida do Professor Carlos De Vitta, terceiro diretor da Faculdade, afirmava que este procurou *“promover a família Universitária, com doação, trabalho, pesquisa, à altura das responsabilidades e compromisso com o ensino e como elemento humano que procura sua promoção”*. Afirmava De Vitta que passava ao vice-diretor, que concluiria seu mandato, Prof João Batista Rodrigues da Silva, *“uma casa de Ensino, que trabalha em paz e com ordem”*.

## Considerações Finais

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá, fruto de um trabalho coletivo de professores, alunos e membros da comunidade de Ubá, possui os atributos didático-pedagógicos e organizacional das Faculdades similares descritas na literatura sobre o período estudado.

No entanto, se nas capitais, cidades maiores, e nas instituições públicas a política do Regime buscava conter professores e alunos, na Faculdade de Filosofia de Ubá, tal expediente jamais fora necessário. Estava plantada uma Escola nos moldes permitido e valorizado pelo Governo Militar, bem descrita por um ex-aluno, como uma “*Faculdade comportadinha*”. Os professores, alguns deles religiosos, padres e freiras, tinham na formação cristã o lastro da docilidade, da solidariedade, da paz e da ordem a ser empregado nos trabalhos e organização da Faculdade.

Não foi uma escola criada e mediada pelo conflito (não se poderia esperar isso de uma Organização Privada), mas, no dizer de Chauí construiu-se uma Organização universitária referida na administração para obtenção de um objetivo particular “*regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito*”<sup>13</sup>. Uma organização preocupada em gerir seu próprio tempo e espaço, inserida, ou aceitando-se como inserida, num dos pólos da divisão social. Embora, na década de 1970 a questão da competição entre as organizações universitárias não estava, ainda, definitivamente colocada como hoje.

---

<sup>1</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>2</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

<sup>3</sup> ROMANELLI. Op. Cit.

<sup>4</sup> Informações disponíveis na internet: <http://www.scmuba.com.br/historia/> acesso em 16/05/2005.

<sup>5</sup> CUNHA. Op. Cit.

<sup>6</sup> A Encíclica “*Divini Illius Magistri*” foi escrita pelo Papa XI em 1929.

<sup>7</sup> CUNHA. Op. Cit p. 321-2. De fato, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi fundamental para a criação da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Ubá em 1996 e da criação da Universidade Presidente Antônio Carlos em 1997.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> O discurso do Deputado e Professor Bonifácio Tamm de Andrada é reproduzido sinteticamente na ata da Congregação de 03 de maio de 1971.

<sup>10</sup> O pesquisador não teve acesso à parte financeira da Faculdade.

<sup>11</sup> CUNHA. Op. Cit

<sup>12</sup> O pesquisador incluirá investigação sobre a faixa etária dessas turmas.

<sup>13</sup> CHAUI, Marilena. **A UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB NOVA PERSPECTIVA**. PALESTRA PROFERIDA NA ABERTURA DA 26ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, POÇOS DE CALDAS, 05 DE OUTUBRO DE 2003.